

UMA REFLEXÃO SOBRE O PROJETO LITERÁRIO DE GONÇALVES DIAS

A REFLEXION ON THE LITERARY PROJECT OF GONÇALVES DIAS

Recebido:15/10/2023 Aprovado: 30/11/2023 Publicado:29/12/2023

DOI: 10.18817/rlj.v7i3.3458

Júlia de Campos Lucena¹

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-9059-7928>

Resumo: O presente artigo examina o projeto literário de Gonçalves Dias buscando destacar nestes os esforços empreendidos pelo autor em complexificar e desafiar o projeto literário romântico associado à política de construção identitária nacional do Segundo Reinado. Para tanto, apresentam-se o contexto da produção literária romântica e aspectos da biografia do autor e de sua trajetória intelectual, para, então, sob esta lente histórica, investigar as particularidades e os limites do projeto literário gonçalvino, que, paradoxalmente, corre em direção paralela e, ao mesmo tempo, por vezes oposta à conduzida pelo movimento romântico em concordância com as elites econômicas e intelectuais.

Palavras-chave: História da Literatura; análise socio-histórica; Gonçalves Dias; Romantismo.

Abstract: This article examines Gonçalves Dias's literary project, aiming to highlight the efforts made by the author to complexify and challenge the Romantic literary project associated with the nation-building politics of the Second Reign. To do so, we present the context of Romantic literary production and aspects of the author's biography and intellectual trajectory. Through this historical lens, we investigate the peculiarities and boundaries of Gonçalves Dias's literary project, which paradoxically runs in a parallel direction and, at times, opposes the movement led by Romanticism, in line with economic and intellectual elites

Keywords: History of Literature; Socio-historical analysis; Gonçalves Dias; Romanticism

Gonçalves Dias ocupa uma posição de destaque na história da literatura brasileira desde a sua estreia. O poeta, que nasceu junto com o Brasil independente, em 1823² – paralelo lembrado por ele próprio em nota autobiográfica³ –, é

¹ Licenciada em Letras - Língua e Literatura Português/Francês na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra em Estudos de Literatura no Programa de Pós-Graduação em Letras da mesma universidade, com bolsa CAPES. Doutorado em andamento no mesmo programa, com bolsa Capes. Atua com pesquisas em História da Literatura. E-mail: decampos.julia@gmail.com

² Vale lembrar, a fim de situar a nota que segue e justificar a data apresentada, que o processo de independência do Brasil foi muito menos pacífico do que levam a crer os materiais didáticos. Ao Dia do Fico, em janeiro de 1822, à aclamação da independência por D. Pedro I, em 7 de setembro de 1822, seguiram-se uma série de conflitos armados e batalhas sangrentas pela afirmação da secessão, cujo epicentro foram as províncias do Nordeste do país, onde a presença lusitana e os laços com a metrópole portuguesa eram mais estreitos. O reflexo destes eventos é o registro de uma memória muito mais contundente e violenta do processo de independência nessa região do que o que se observa na capital brasileira e na história nacional que a partir dela se constrói (SILVA, 2017).

³ “As províncias do norte do Brasil foram as que mais tarde aderiram à independência do Império. Caxias, então chamada *Aldeias Altas* no Maranhão, foi a derradeira. A independência foi ali proclamada depois de uma luta sustentada com denodo por um bravo oficial português que ali se fizera forte. Isto teve lugar à (sic) 1^a de Agosto de 1823. Nasci a 10 de Agosto desse ano” (Dias *in* PEREIRA, 1943, p. 9).

considerado o patrono da então chamada por Alexandre Herculano de a “verdadeira poesia nacional do Brasil”⁴ desde a publicação de seus *Primeiros Cantos*, em 1846, sobretudo em razão de suas *Poesias Americanas*. Se a paternidade do Romantismo brasileiro ele compartilha com Gonçalves de Magalhães, a da vertente Indianista do movimento, sua feição mais acabada – pelo que se entende: de expressão mais nacional –, é reconhecidamente de exclusividade de Gonçalves Dias.

A paternidade foi de imediato referendada pelos homens das letras de Brasil e Portugal, pois desde a publicação dos *Primeiros Cantos* as vênias à Gonçalves Dias se sucederam com relativa unanimidade: ele é o “regenerador” da poesia nacional de Basílio e Durão (Álvares de Azevedo), “o mais alto dos nossos líricos por ter celebrado a gente e o país” (Macedo Soares), o “revelador do Brasil aos brasileiros”, o “criador da poesia nacional”, “o bardo das glórias indígenas” (Machado de Assis) – a lista é de Antônio Candido ([1975]2009, p. 72-73), que também dá sua contribuição: segundo o crítico, à Gonçalves Dias coube “promover a realização do tema reputado nacional por excelência”. O reconhecimento da “nação-mãe” na figura eminente do poeta e historiador português Alexandre Herculano encerra por coroar Gonçalves Dias o autor bastião do “progresso literário” do Brasil, “nação infante que sorri”, ao que o português contrapõe o “velho aborrido e triste” que personifica a literatura portuguesa⁵.

Para Antônio Candido ([1975]2009, p. 71), as “qualidades superiores de inspiração e consciência artística”, a personalidade e o intuito nacional de Gonçalves Dias somaram-se para qualificar sua produção literária com um valor de expressão literária inaugural. Em Gonçalves Dias,

[...] as novas gerações aprenderam o Romantismo. Sob este ponto de vista foi o acontecimento decisivo da poesia romântica e todos os poetas seguintes, de Junquiera Freire à Castro Alves, pressupõem a sua obra. A partir dos *Primeiros Cantos*, o que antes era *tema* – saudade, melancolia, natureza, índio – se tornou experiência, nova e fascinante, graças à superioridade da inspiração e dos recursos formais. (Candido [1975]2009, p. 72)

Tal é a história, ainda segundo Candido ([1975]2009), de como Gonçalves Dias “consolida o Romantismo brasileiro” nos anos que se seguiram à

⁴ Alexandre Herculano apud Franchetti, 2008, p. 1104.

⁵ “Futuro Literário de Portugal e do Brasil”, de Alexandre Herculano, artigo publicado em 1847 na *Revista Universal Lisboense* e depois incluído na abertura da edição completa dos *Cantos* de Gonçalves Dias, em 1857 (Dias, 1944, p.13)

independência política do Brasil, contexto dentro do qual a literatura exerceu função política e histórica primordial de construção e disseminação da concepção de nação. Sendo, dentro do projeto de nação brasileira, a vertente indianista do movimento romântico aquela que melhor adequar-se-ia e que melhor se permitiria instrumentalizar. Assim, o movimento Indianista ganha centralidade naquilo que Swarcz e Starling (20015, p. 479) chamam de “verdadeira política literária”, delineada pela demanda de construção de símbolos e imagens nacionais, cujo objetivo era: “destacar certa memória, reconhecer uma cultura e criar um ambiente favorável à nova nacionalidade”. Cabia à historiografia construir uma história para a nova nação brasileira, mas foi a literatura quem de fato desempenhou esta função, com maior impacto popular

O indígena brasileiro, ou antes a imagem figurativa deste – uma imagem que evocava liberdade e resistência ao colonizador europeu –, é eleito como o símbolo romântico nacional. Gonçalves Dias, sendo considerado o inaugurador da escola em sua acepção romântica, é, assim, associado ao programa da literatura nacional e ao projeto de nação que ela ajuda a erigir. Quando este projeto começou a ser questionado por historiadores da literatura brasileira da segunda metade do século XX, tais como Candido ([1959]2009), Bozi (970) e Merquior ([1979]2016), é como um bloco coeso e homogêneo que a literatura indianista e a romântica, como um todo, é interpretado. Apesar de importantes dentro do contexto de reavaliação da história nacional, estas críticas acabaram consolidando um lugar comum sobre o indianismo e o romantismo brasileiro (sobretudo o do Segundo Reinado) que não fazem jus à complexidade dos autores e movimentos.

Além disso, é com relação quase exclusiva a categorias de análise eurocêntricas e ao contexto europeu que estas poéticas são lidas. A obra de Gonçalves Dias, por exemplo, é frequentemente lida pela chave do medievalismo, do gótico, da novela de cavalaria, da cantiga de amigo, e de intertextualidades com autores europeus, sejam poetas, como Herculano, filósofos, como Chateaubriant, ou relatos dos primeiros exploradores. Sem serem desautorizadas – afinal, a literatura brasileira se constitui na interlocução com a tradição europeia –, a interpretação crítica de sua obra, pode, no entanto, ser atualizada e se tornarem mais produtivas a partir da história do Segundo Reinado e de leituras comparadas de sua poética e biografia, que podem dar origem a novas categorias de análise poética pós-coloniais.

A obra de Gonçalves Dias, lida com correlação à sua biografia e demais documentos textuais e literários, como suas cartas e registros de viagem, dão provas da complexidade do movimento romântico, muito menos homogêneo do que a crítica dá a entender. Estudos contemporâneos que agregam à metodologia de pesquisa literária também pesquisas em história e sociedade, somando à reflexão conteúdos de teorias críticas pós-coloniais, ajudam a reavaliar textos intrinsecamente relacionados aos seus contextos, tais como os de Gonçalves Dias.

Segue-se, nesta leitura, a metodologia de análise crítica literária sócio-histórica de Candido ([1959] 2009), dentro da qual os critérios sociais estão equilibrados com os critérios estéticos, sendo este último o fenômeno de interesse maior da crítica literária (incapazes, porém, de serem aprendidos fora do sistema literário e da tradição que ele forma). Para o historiador da literatura, o que interessa é "apreender o fenômeno literário da maneira mais significativa e completa possível" ([1959]2009, p. 31). Assim, compreende-se que o "sentido de um contexto cultural" no qual as obras estão inseridas são indispensáveis para compreendê-las em sua "integridade estética" (*Ibid*).

O século dos nacionalismos

O século XIX é designado pela historiografia como o século dos nacionalismos. O fenômeno não é exclusividade das colônias que se tornavam independentes e precisavam estabelecer balizas que as particularizassem no cenário internacional. Antes, pelo contrário, trata-se de um modelo importado das nações colonizadoras europeias, que passavam desde o final do século XVIII por um processo de revolução ideológica e reorganização política como efeito da Revolução Francesa. No conceito moderno de Estado-nação recém-inaugurado, não é mais um monarca ou uma religião que conferem unidade e legitimidade ao Estado, mas um povo, que se constitui a partir de então como uma unidade política. Assim, tem-se que consolidação dos Estados-nações modernos passa, especialmente, pela formação de uma identidade nacional, com uma origem em comum, sustentada por um patrimônio simbólico particular.

Essa construção identitária nacional, segundo Thiesse (1999), não trata de compor um inventário da ancestralidade dos povos congregados dentro da geografia política de um mesmo Estado-nação, mas de resumi-los a uma representação

coesa. Vale lembrar que a heterogeneidade étnica não é exclusividade dos países colonizados; Quijano (2005) chama atenção para o “colonialismo interno” promovido pelos controladores do poder econômico no processo de “nacionalização” das sociedades europeias. Neste contexto, os franceses, ainda segundo Quijano (2005, p. 131), teriam sido os mais bem sucedidos por optarem por uma “afrancezação” dos diversos povos que então ocupavam a França através da “democratização radical das relações sociais e políticas”. Já a Espanha, então muito mais rica e poderosa, promoveu um processo de unificação bélico de expansão do poder senhorial, perseguição e expulsão de muçulmanos e judeus e ataques a comunidades campestres e cidades independentes, acabou por enfraquecer seu poderio (Quijano, 2005).

Segundo Thiesse (1999), não se trata de compor um inventário da ancestralidade dos povos congregados dentro de um mesmo Estado-nação moderno, mas de resumi-los a uma origem comum a fim de que sua representação fosse coesa. Em outras palavras, trata-se de um processo de fabricação coletiva de identidades nacionais, isto é, da invenção da nação em uma “marcha arqueológica e etnográfica da construção dos Estados-nações” (Thiesse, 1999, p. 18).

Segundo Schwarcz e Starling, (2015, p. 477):

O século XIX ficou conhecido como a “era dos nacionalismos”. A criação de uma história continuada e de heróis ancestrais; a imposição de uma língua de monumentos culturais; a seleção de lugares, paisagens e povos originais; a eleição de representações oficiais (dentro símbolos como hinos e bandeiras) e identificações pitorescas (costumes, especialidades culinárias ou animais emblemáticos) faziam parte de um modelo básico que se divulgou largamente nesse contexto. O romantismo previa justamente a exaltação do que havia de mais particular a cada nação e, por isso, além das características comuns, a cada país coube sua dose de particularidade.

No Brasil, ao invés de contestador, o romantismo teve um caráter majoritariamente palaciano, sendo financiado pela monarquia e pela elite econômica, o que lhe condicionou a uma feição mais conservadora. Mesmo o indianismo, que seria eleito e erigido à poética nacional, possuía um local muito bem definido dentro deste contexto e fronteiras de atuação política muito bem delimitadas.

A poética romântica e a arena política do Segundo Reinado

[...] num dia se me meteu na cabeça fazer versos; porque alguém gostou deles; porque escrever é para mim, hoje, mais do que um desejo, é uma necessidade. Às vezes eu digo em mim mesmo: que me aproveita ser poeta? E se não desanimo, crê-me, não é por falta de martírios e pesares. (DIAS, Cartas Ativas [1º de março de 1844]).

Em 1846, Gonçalves Dias volta da Europa com boa parte do material que comporia seus *Primeiros Cantos* (1846). No prefácio de seu livro de estreia, o autor apresenta suas poesias como escritas íntimas, “impressões momentâneas” compostas “debaixo de céu diverso”, em “épocas diversas”, com o que ele justifica a ausência de “unidade de pensamento”; são o casamento do pensamento com o sentimento, da vida com a natureza, que ele escreveu com os olhos afastados “de sobre a nossa arena política”. A ênfase acentuada no elemento romântico e subjetivo do seu volume de poesias parece uma espécie de salvaguarda do autor. A menção, no entanto, da “arena política” onde ele anuncia deliberadamente não pisar, alude, dialeticamente, ao seu oposto. Isto é, ao reconhecimento dessa arena, de um perigoso e florescente terreno de disputas políticas dentro do qual os autores românticos, estreados no nosso recém consolidado sistema literário, davam os primeiros passos (ou não).

Resguardar-se de conflitos políticos era fundamental para a boa apreciação da obra, da qual, sem exageros, pode-se dizer que dependia o futuro de Gonçalves Dias na terra natal: de volta ao Brasil depois dos anos de formação na Europa, seus *Primeiros Cantos* eram não apenas sua estreia no mundo das letras românticas brasileiras, mas também, e sobretudo, uma espécie de carta de apresentação ao funcionalismo público no qual ele, assim como os demais autores brasileiros do período, precisaria ser empregado no exercício da função de literato.

A força da dinâmica de favores que predomina na sociedade e no sistema literário brasileiro adiciona um relevante e desafiador elemento na análise das obras oitocentistas. Há, segundo Candido ([1959] 2009, p. 29) uma espécie de “encarnação literária do espírito nacional” que é exigida dos autores; um “elemento ambíguo de pragmatismo”, que fez com que nossos autores frequentemente se sentissem “tolhidos no vôo, prejudicados no exercício da fantasia pelo peso do sentimento de missão, que acarretava a obrigação tácita de descrever a realidade imediata, ou exprimir determinados sentimentos de alcance geral.” Esta espécie de “nacionalismo infuso”, “contribuiu para certa renúncia à imaginação ou certa incapacidade de aplicá-la devidamente à representação do real”, por um lado,

enquanto, por outro, “favoreceu a expressão de um conteúdo humano, bem significativo dos estados de espírito duma sociedade que se estruturava em bases modernas” (CANDIDO [1959] 2009, p.29).

Schwartz (1997 *apud* Marques, 2010) desenvolve, em sua análise do universo senhorial de *Dom Casmurro*, a noção da dialética da ambiguidade, ao notar os recursos utilizados pelos autores para conciliar a situação de dependência econômica da administração imperial que os empregava com as exigências de autonomia e criatividade do mundo literário nacional. Observando a história da primeira metade do século XIX, Marques (2010) sugere que, resguardadas as devidas diferenças, a mesma análise pode ser aplicada na leitura dos autores românticos, sobretudo os pertencentes à primeira geração romântica, ao mesmo tempo dependentes do emprego público e empenhados na missão de criar uma literatura nacional independente. Dinâmicas de ambiguidade que se originam no contexto histórico-social brasileiro – colonial ou pós-colonial, uma vez que se mantém a lógica do favor dentro da sociedade brasileira, bem como como a relação da produção literária de Europa – seriam um elemento constitutivo da literatura brasileira, que se intensifica com o processo de nacionalização.

É uma ambiguidade constitutiva da literatura brasileira, ainda segundo Schwarz, a tentativa de conciliação da “dependência, que era inevitável, com a autonomia, que era de rigor” (*apud*, Marques, 2010, p. 32).

As relações sociais do Brasil oitocentista eram permeadas pela chancela provinciana, engendrada ainda pela mentalidade colonial, do mandonismo e da dependência direta, os quais, de maneira complementar, iam configurando a camisa-de-força social, que, por sua vez, excluía a possibilidade de uma conduta plenamente autônoma por parte de quem, para sobreviver, precisava sujeitar-se à política do favor. [...] Dito de outro modo, diante do caráter de missão que então norteava o Romantismo brasileiro no desejo de criar uma literatura independente que, assentada tanto no nacionalismo literário quanto na busca de novos modelos, desse aos brasileiros um sentimento de completa libertação em relação à mãe-pátria, o papel desempenhado pelos literatos românticos, presos ao compromisso do emprego pelo favor, adiciona um problema interessante para o crítico que se propõe a analisar seus projetos literários, isto é, o de saber até que ponto a dependência do emprego público - agravada pelo incipiente número de leitores que os impedia de viver apenas do labor literário - refletia uma maior ou menor complacência em relação às mazelas da sociedade brasileira, e notadamente em relação à própria ordem escravista.

Toda produção literária brasileira do XIX precisa ser observada dentro deste quadro histórico de interditos de diferentes ordens, dos quais ela dá testemunho enquanto produção estética e documento histórico.

Alguns autores, por circunstâncias em geral ligadas ao confronto de suas ambições literárias com algumas desvantagens de sua biografia, expõem com maior clareza estas dinâmicas, seja no arranjo formal de suas obras e nos temas que escolhem abordar, seja na trajetória de suas carreiras literárias e na recepção de suas obras. Este é o caso de Machado de Assis, cuja biografia, estratégias literárias e olhar histórico vêm sendo entusiasticamente detalhado por críticos literários e historiadores desde a segunda metade do século XX, e, acredito, também o caso de Gonçalves Dias, cuja produção crítica permanece ainda muito carente de renovação. Assim, quando Gonçalves Dias argumenta no prefácio de seu primeiro livro que trata, categoricamente, de não pisar na “arena política”, é a este contexto da produção literária nacional que ele faz referência.

O auto é bem-sucedido e os *Primeiros Cantos* cumprem com o objetivo ao qual se propõe. A ele autor é atribuído um cargo público: o de secretário e professor adjunto no Liceu recém-inaugurado em Niterói, com um ordenado que “somando tudo junto, dá exatamente a metade do que me é preciso para viver no rio de janeiro” (Dias, carta de 7 de agosto de 1847). Para além do cargo, Dias ingressa no mundo das relações sociais e econômicas da elite literária brasileiro como editor da revista *Guanabara*, junto com Araújo Porto-Alegre e Joaquim Manuel Macedo, o que não lhe é de grande ajuda em questões financeiras, mas pode a qualquer momento vir a ser.

Estabelecido no Brasil como autor e dotado de um cargo público, há uma brusca mudança na atitude do autor com relação à “arena política” mencionada. Se nos versos dos *Primeiros Cantos* predomina a estética romântica subjetiva, pela qual ele ficaria – não por acaso – conhecido, definitivamente este não é o caso de duas outras obras nas quais Dias pública na sequência, e nas quais já trabalhava no mesmo período: o poema medievalista *Sextilhas de Frei Antão*, publicado primeiro em 1848, e em edição revisada pelo autor em 1857⁶, e o poema em prosa *Meditações*, publicado em 1850.

Nestas, diferentemente dos *Cantos*, Gonçalves Dias adentra a “arena política” e trata diretamente de um tema que até muito recentemente se julgava uma grande ausência no romantismo brasileiro: a escravidão. Duas produções que lhe são

⁶ Em carta de 3 de dezembro de 1846, ele anuncia estar no segundo capítulo de *Meditações* e Leal (1874) afirma que ele trabalha no projeto desde 1845; quanto às *Sextilhas*, o projeto é anunciado em carta do dia 23 de janeiro de 1847, para o amigo Teófilo.

tremendamente danosas e que poderiam tê-lo levado ao ostracismo, não tivessem seus *Primeiros Cantos* sido tão elogiados e caído no gosto popular tão rapidamente.

Ambas as publicações lhe são custam um alto preço. Gonçalves Dias é forçado a deixar a direção do Guanabara, e, na sequência, deixa o Rio de Janeiro, onde não volta a se estabelecer em definitivo. O desgosto é tão grande, que a próxima publicação do autor vem prefaciada com uma despedida. Nos *Últimos Cantos*, de 1851, ele escreve:

“Eis os meus últimos cantos, o meu último volume de poesias soltas, os últimos arpejos de uma lira, cujas cordas foram estalando, muitas aos balanços ásperos da desventura, [...] No meio de rudes trabalhos, de ocupações estéreis, de cuidados pungentes, — inquieto do presente, incerto do futuro, derramando um olhar cheio de lágrimas e saudades sobre o meu passado — percorri este primeiro estádio da minha vida literária. Desejar e sofrer — eis toda a minha vida neste período; [...] Se as minhas pobres composições não foram inteiramente inúteis ao meu país; se algumas vezes tive o maior prazer que me foi dado sentir — a mais lisonjeira recompensa a que poderia aspirar,— de as ouvir estimadas pelos homens da arte, daqueles, que segundo o poeta, porque a entendem, a estimam, e repetidas por aquela classe do povo, que só de cor as poderia ter aprendido, isto é, dos outros que a compreendem, porque a sentem, porque a adivinham — paguei bem caro esta momentânea celebridade com decepções profundas, com desenganos amargos, e com a lenta agonia de um martírio ignorado. [...] Entrei na luta, e por mais algum tempo continuarei nela, variando apenas o sentido dos meus cantos.”

A próxima obra que ele publica, *Os Timbiras*, em 1857, já estavam prontos há muito tempo⁷. E sua publicação, ao que parece, não tem mais que a intenção de assegurar uma posição de patronagem do indianismo em oposição ao seu, digamos, rival romântico, Gonçalves de Magalhães, além é claro de interesses econômicos: “Valham-nos os meus Timbiras”, ele escreve ao amigo Teófilo, “assim me livrem êles destas aperturas”. O projeto inacabado de epopeia sai junto com o Dicionário da Língua Tupi, ambos publicados em Leipzig, este, talvez, uma variação de sentido dos cantos que ele continua a cantar.

Assim, percebe-se que não é tanto a obra de Gonçalves Dias que foi recebida com entusiasmo, mas unicamente a parte dela que se adequava ao programa da literatura romântica nacional, delineado por Gonçalves de Magalhães e pela revista *Niterói*. A história da literatura brasileira, matéria que começou a ser articulada no período romântico e foi consolidada no começo do XX, ou seja, também subjugada

⁷ Em cara de 1844, ele escreve ao amigo Teófilo que anda a “estudar para compor um Poema — é por agora — «a minha obra». Quero fazer uma cousa exclusivamente americana — exclusivamente nossa — eu o farei talvez. Já que todo o mundo hoje se mete a inovar — também eu pretendo inovar — inovarei — criarei alguma cousa que, espero em Deus, os nossos não esquecerão”.

ao projeto de construção das identidades nacionais, corroborou com essa elaboração seletiva da produção gonçalvina. Não apenas nossa história da literatura selecionou obras e definiu parâmetros de análise – notadamente voltados à uma perspectiva eurocêntrica do conhecimento, diga-se de passagem –, como moldou a estes parâmetros também a própria figura do autor, cuja figura e biografia era ora embranquecida, ora miscigenada, sempre de acordo com os interesses de representação mobilizado pelo crítico.

Sua biografia, assim como sua obra, foi destacada a partir dos elementos que nela que ecoavam o quadro ufanista do Segundo Império, em uma leitura que extirpava todo sinal de contradição, e que tornou Gonçalves Dias um fato literário cuja função era somar esforços no processo de legitimação do Estado brasileiro. Se por um lado este prestígio e a centralidade que sua poesia ocupou no cenário literário nacional garantiram ao poeta uma posição de destaque, por outro, enrijeceram a interpretação crítica de sua obra. O que se percebe pelas histórias da literatura do século XX é que a literatura crítica a respeito de Gonçalves Dias seguiu uma tendência de leitura mais ou menos homogênea e condicionada à paradigmas de análise originados no romantismo da segunda metade do século XIX, como a utopia ufanista, o medievalismo, o passadismo, o pitoresco, que no Brasil deram origem ao conceito de “cor local” e ao indianismo. Conceitos que definiram a elaboração do cânone por parte da elite intelectual, interessada e estimulada – em alguma medida, até mesmo constrangida pelas forças políticas – a consolidar uma literatura de caráter nacional. A apreciação crítica da obra de Gonçalves Dias, sob o signo da aprovação e da valorização de elementos relacionados a um mundo cultural específico – o europeu –, manteve-se sem muita alteração desde então.

Às demandas estéticas e políticas do romantismo, que delimitaram o tratamento dos temas e a expressão poética, somou o projeto de produção de uma historiografia da literatura brasileira que dava sequência ao programa romântico de elaboração de identidade nacional. Neste contexto, a obra de Gonçalves Dias, sobretudo a indianista, passou a desempenhar uma espécie de função histórica, tanto para a recepção contemporânea quanto para a futura: ele tornou-se aquele que consumou e realizou o tema nacional por excelência.

Tão centralmente situado no fluxo da história contínua da Literatura Brasileira o autor e sua obra foram assim como que mineralizados, tendo, neste processo, extirpada dela todo um conjunto de dinamismo e contradições. Mesmo quando a

crítica passa a olhar com ceticismo para o sucesso do projeto nacional do qual a literatura romântica participa, criticando a apropriação do elemento indígena e o exotismo do tema autóctone como estratégia literária de criação de uma espécie de “medievalismo” brasileiro, ainda é como um bloco petrificado que se inspira e reflete unicamente alguns paradigmas de análise que ocupam posições hierárquicas predominantes, que a poesia gonçalvina é tratada.

Conclusão

Este é o enquadramento histórico dos curtos anos que Gonçalves Dias dedicou exclusivamente à função literária. Projeto que ele abandona, apesar do protagonista, pois não só este não se converteu em recursos financeiros, mas não abriu espaço para o que parece um projeto poético muito mais denso e complexo do que o que é observado em sua apresentação em histórias da literatura.

Lidar com o contraditório é um dos grandes desafios de quem pesquisa a literatura brasileira oitocentista. A estrutura colonial que coordenou o processo de independência política fez com que subsistissem aos esforços de construção nacional um complexo econômico que permanece de caráter colonial. Na produção literária, isso se traduziu na manutenção de uma episteme colonial imposta – nossos autores fizeram um deliberado, intencional e frequentemente bem-sucedido esforço para serem cognoscíveis ao ângulo epistêmico europeu – o que se torna um grande desafio para uma análise que considera que este era apenas um entre as epistemes que estes autores mobilizavam. Além disso, se torna muito difícil e improdutivo julgar as escolhas temáticas e formais dos autores do período a partir de uma pressuposição de autonomia.

Cândido (1987, p. 8), apesar de participar desta produção que acusamos demasiadamente voltada à episteme europeia, em tempo, volta contra si seu próprio método crítica quando na *Iniciação à Literatura Brasileira*, ele escreve que “a história da literatura brasileira é em grande parte a história de uma imposição cultural”; uma imposição que “atuou também no sentido mais forte da palavra, isto é, como instrumento colonizador, destinado a impor e manter a ordem política e social estabelecida pela Metrópole, através, inclusive, das classes dominantes locais”, e com isso “desqualificou e proscreeveu possíveis fermentos locais de divergência, como os idiomas, crenças e costumes dos povos indígenas, e depois os dos

escravos africanos. Em suma, desqualificou a possibilidade de expressão e visão de mundo dos povos subjugados”.

Para Anibal Quijano (2005), a luta contra a colonialidade do poder não implica apenas uma descolonialidade das relações sociais, econômicas, mas uma revolta epistêmica constante. E nesta revolta epistêmica a literatura, as obras de arte e a crítica literária estão diretamente implicadas. Essa revolta, diz o autor, não implica a produção de apenas uma episteme alternativa à imposta pela colonização europeia, mas a de diversas. Não se trata de rebaixar o conhecimento epistêmico europeu, pois este comunica, ainda e sempre, à experiência histórica latino-americana, na medida em que ele compartilha com outras formas de conhecimento o fato de ser um de seus elementos fundadores. O erro está em colocarmos nossas obras sempre diante do “espelho eurocêntrico”, pois seja qual for a forma de representação da cultura ou história latino-americana, apenas o que concerne ao elemento eurocêntrico nele presente será refletido.

Assim é que funcionam os espelhos, segundo a lei da reflexão ótica: o ângulo pelo qual a luz incide em uma superfície refletora é igual ao ângulo pelo qual a luz é refletida. Da mesma forma, a perspectiva epistêmica europeia projeta predominantemente aspectos europeus, ocultando ou distorcendo nuances que apenas outras perspectivas, ou ângulos epistêmicos, poderiam desvelar. Objetos estéticos, documentos e arquivos históricos, monumentos e representações culturais, assim como textos literários representam, cada um à sua maneira, um conjunto de experiência histórica latino-americana; no entanto, “a tragédia”, segundo Quijano (2005, p. 130): “é que fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida.”

No trabalho de crítica literária, o espelho eurocêntrico não apenas reflete, mas também molda a própria imagem que se perpetua do objeto estético analisado. Daí a importância de uma metodologia de crítica literária capaz de erigir em torno de seu objeto de estudo outros e diversos espelhos, com diferentes ângulos de refração, a fim de revelar outras camadas de compreensão, antes ocultadas pela “angulação epistêmica” predominante. De armar um conjunto multifacetado de elementos históricos e estéticos capaz de desafiar a imagem unidimensional e de abrir espaço

para uma compreensão mais abrangente das obras literárias. A imagem que encontramos no espelho da episteme eurocêntrica, ainda segundo Quijano (2005, p. 129), “não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus em tantos aspectos, materiais e intersubjetivos. Mas, ao mesmo tempo, somos tão profundamente distintos. Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida.”

A questão que permanece é, como acessar diferentes distorções? Se o processo histórico se impôs ao estético no desenvolvimento da literatura nacional e depois no desenvolvimento da história da literatura nacional, o que restou para ser espelhado por outros espelhos epistêmicos? Que categorias de análise nos restam quando assumimos que a que importamos já não são mais suficientes? Em suma, como fazer uma crítica viva, que resgate nestas obras as contradições de um passado real que, diferente do passado de imagens, comunicam ao nosso presente, pois, em seus desafios, são, ainda, nosso presente.

Referências

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. 12a edição comemorativa dos cinquenta anos de lançamento. São Paulo, Rio de Janeiro: FAPESP : Ouro sobre Azul, 2009.

DIAS, Gonçalves. *Gonçalves Dias: poesia completa e prosa escolhida*. Rio de Janeiro, RJ: Editora José Aguilar, 1959.

FRANCHETTI, Paulo. O triunfo do Romantismo: Indianismo e Estilização Épica em Gonçalves Dias. In: TEIXEIRA, Ivan. *Multiclássicos Épicos*, Editora EDUSP, 2008.

LEAL, Antônio Henriques. XVI: Antônio Gonçalves Dias. In____: LEAL, Antônio Henriques. *Panteon maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874. v. 3.

MARQUES, Wilton José. *Gonçalves Dias: o poeta na contramão (literatura e escravidão no Romantismo brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *A vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943

SILVA, Rayanne Gabrielle. *O Processo de Independência do Brasil na Bahia e no Piauí: Guerra, Resistência e Vitória (1822-1823)*. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 6, n. 2, jul./dez. 2017.

THIESSE, Anne-Marie. *La Création des Identités Nationales – Europe, XVIIIe-XXe siècle*. Editora: Le Seuil, 1999.



QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Editora CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito* (Portuguese Edition) (p. 8). Companhia das Letras. Edição do Kindle.